

“Mergulhados em uma profunda tristeza”: tensões políticas na Ordem Terceira do Carmo de São Cristóvão (1874-1882)

“Plunged in a deep sadness”: politics tensions in the Third Order of Carmo of São Cristóvão (1874-1882)

Magno Francisco de Jesus Santos
 <https://orcid.org/0000-0002-2218-7772>
 Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Resumo: Este artigo tem como escopo os bastidores da Ordem Terceira do Carmo de São Cristóvão a partir das tensões envolvendo dois artistas sacros: o pintor Torquato, responsável pela encarnação da venerada imagem do Senhor dos Passos e o alferes Antônio Miguel do Prado, acusado pelo capitão Joaquim José Pereira de usurpar um palmo da corrente do turíbulo da referida associação de leigos. Na segunda metade do século XIX, a Ordem Terceira do Carmo era a mais prestigiada associação católica de leigos da província de Sergipe e organizava, anualmente, a romaria do Senhor dos Passos, que congregava alguns dos mais importantes nomes da política provincial e um elevado número de romeiros das camadas populares. Assim, pautado em fontes como o diário de Manoel Messias Álvares Pereira e nas notícias de jornais oitocentistas, mobilizo episódios que explicitam a aproximação entre política e catolicismo nos bastidores dessa importante irmandade de Sergipe.

Palavras-chave: São Cristóvão. Ordem Terceira do Carmo. Senhor dos Passos. Artistas sacros. Cultura política.

Abstract: This article aims at the backstage of the Third Order of Carmo of São Cristóvão from the tensions involving two sacred artists: the painter Torquato, responsible for the incarnation of the venerated image of Senhor dos Passos and Ensign Antônio Miguel do Prado, accused by Captain Joaquim José Pereira of usurping a span of the chain of the aegis of the aforementioned lay association. In the second half of the 19th century, the Terceira do Carmo Order was the most prestigious Catholic association of laypeople in the province of Sergipe and annually organized the pilgrimage of Senhor dos Passos, which brought together some of the most important names in provincial politics and a large number popular pilgrims. Thus, based on sources such as Manoel Messias Álvares Pereira's daily newspaper and in the news of 19th century newspapers, I mobilize episodes that explain the approximation between politics and Catholicism behind the scenes of this important Sergipe brotherhood.

Keywords: São Cristóvão. Third Order of Carmo. Lord of The Steeps. Sacred artists. Politic culture.

Cidade de São Cristóvão, província de Sergipe. 1874. Na sexta-feira, poucas horas após o amanhecer, o sino da Igreja da Ordem Terceira do Carmo dobrava. Ao cortar o ar, avançando sobre o horizonte no Largo do Carmo, o brônzeo emitia o som que convocava os fiéis para a Missa devotada ao Senhor dos Passos, realizada semanalmente, sempre às oito horas da manhã. Ao ecoar do som da campana pelas ruas da cidade alta e da cidade baixa, os moradores começavam a sair de suas casas, deslocando-se em direção ao templo onde estava a imagem do Cristo com a cruz às costas.

A Missa do Senhor Bom Jesus dos Passos era uma prática devocional que reunia homens e mulheres de diferentes segmentos sociais (SANTOS, 2015a). Adentravam ao templo a gente pobre, descalça, que via na imagem um retrato de si, um santo que revelava as dores do sofrimento (SANTOS, 2015b). Adentravam também, homens que integravam a elite política da cidade,



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)

funcionários em instâncias como a câmara municipal, a mesa de rendas provincial e a delegacia. Eram homens que também se encontravam associados às irmandades católicas, fato elucidativo para compreender os entrelaçamentos ente política e catolicismo leigo nos últimos decênios do Império do Brasil.

Entre os devotos do Senhor dos Passos que participavam do sacrifício da missa estava Manoel Messias Álvares Pereira.¹ Era uma figura que tinha ocupado importantes cargos públicos e esteve amplamente envolvido nas atividades religiosas da cidade. No período de três anos, entre 1874 e 1877, ao participar das missas votivas, ele testemunhou dois importantes episódios dos bastidores da Ordem Terceira do Carmo de São Cristóvão que envolveu diretamente a atuação de artistas sacros. Os seus registros sinalizam para a dinâmica atinente à política municipal.

O primeiro episódio ocorreu na manhã do dia 19 de junho de 1874. Nos preparativos da missa, uma vela derreou-se e provocou um grande incêndio no altar lateral, no qual estava depositada a imagem do orago. Em decorrência desse incêndio, os terceiros do Carmo chamaram o artista Torquato para encarnar a imagem. Essas cenas dramáticas do incêndio foram registradas por Manoel Messias Pereira em seu diário.

O segundo episódio contempla os desdobramentos acerca de um suposto furto de uma alfaia da referida irmandade. Trata-se de uma polêmica que envolveu parte significativa da elite política da cidade, como o vigário José Gonçalves Barroso, o coronel Joaquim José Pereira, José Joaquim d'Oliveira e o alferes Antônio Miguel do Prado. Mais uma vez, nos momentos anteriores à missa, o coronel Manoel Messias Pereira estava presente e entre as várias testemunhas, mediu a querela, por meio da averiguação das alfaias.

Portanto, mais que uma expressão devocional, as celebrações católicas do final do oitocentos constituíam importantes momentos de negociação e de fortalecimento das alianças políticas. Em um cenário no qual as devoções compartilhadas e as práticas de compadrio instauravam possibilidades de constituição de vínculos partidários, o registro acerca de episódios dos bastidores abre uma fresta que possibilita a compreensão sobre a constituição de uma cultura política católica leiga na província de Sergipe nos últimos decênios do Império.

Assim, este artigo parte dos bastidores da Ordem Terceira do Carmo de São Cristóvão, a partir das tensões envolvendo dois artistas sacros: Torquato, pintor que foi o responsável pela encarnação da venerada imagem após o incêndio de 1874 e Antônio Miguel do Prado, alferes que foi acusado pelo capitão Joaquim José Pereira de usurpar um palmo da corrente do turíbulo da referida associação de leigos. Contudo, essas tensões atinentes à devoção extrapolam o campo da arte sacra e têm como pano de fundo a seara política.

Diante do exposto, tenho como propósito analisar a dimensão política da Ordem Terceira do Carmo a partir das tensões envolvendo os seus sujeitos e suas implicações na reconfiguração dos cargos públicos e políticos. Para isso, mobilizo diferentes tipologias documentais, como o diário escrito por Manuel Messias Álvares Pereira, fontes orais, notícias nos jornais do período, além de crônicas e livros de memórias sobre São Cristóvão. Por meio desses registros é possível entender os meandros da política em uma cidade de uma província do antigo norte do Brasil, bem como explicitar como a religiosidade encontrava-se ancorada na política em um contexto marcado pelo padroado régio.²

¹ Manoel Messias Álvares Pereira viveu em São Cristóvão na segunda metade do século XIX. Em 1864 foi nomeado pelo inspetor da tesouraria provincial de Sergipe para o cargo de escriturário da mesa de rendas provinciais de São Cristóvão, cargo no qual veio se aposentar em maio de 1880. Nos idos de 1882 foi nomeado delegado do termo de São Cristóvão. Em 1890, durante o governo estadual de Felisbelo Freire, ele foi nomeado para o conselho de intendência municipal de São Cristóvão. Como ele rejeitou o cargo referido cargo, voltou a ser nomeado para a mesa de rendas da referida cidade. Católico praticamente, esteve envolvido em várias celebrações, como as missas votivas ao Senhor dos Passos e as comissões da diretoria da festa de Nossa Senhora do Amparo dos homens pardos. Casou-se em 1874, com Adelaide da Costa Pinto, irmã do então vigário de Divina Pastora, padre Thomaz da Costa Pinto.

² O Padroado régio imperial pode ser visto como uma herança do processo de colonização lusitana, na qual a Igreja Católica encontrava-se atrelada ao Estado. No Império do Brasil, o clero assumia as vagas de vigário colado a partir de

Assim, pautado nesta característica da política imperial calcada na aliança com a Igreja Católica, busquei pensar a dimensão política em conexão com as expressões devocionais. Para viabilizar essa leitura, operacionalizo o conceito de cultura política, pois, como René Rémond explicita, “as fronteiras que delimitam o campo do político não são eternas: seu traçado conheceu muitas variações ao longo da história” (RÉMOND, 2003, p. 23). Essa assertiva provocativa de Remond é pertinente para se pensar as especificidades da cidade de São Cristóvão no último quartel do oitocentos. Se, por um lado, em âmbito nacional, a relação entre Estado e Igreja encontrava-se fragilizada em decorrência da chamada questão religiosa,³ no âmbito municipal, essa relação revelava outra configuração.

Assim, é pertinente afirmar que as dinâmicas da seara política não variavam apenas ao longo do tempo, mas também nas diferentes escalas espaciais. Nas vilas, cidades e províncias do Império do Brasil a política apresentava dinâmicas próprias e distintos níveis de interlocução com o poder religioso. Com isso, proponho investigar a história política a partir das crenças religiosas, como corrobora Remond, ao provocar: “Se o político deve explicar-se antes de tudo pelo político, há também no político mais que o político. Em consequência, a história política não poderia se fechar sobre si mesma, nem se comprazer na contemplação exclusiva de seu objeto próprio” (REMOND, 2003, p. 36).

O contexto municipal que atravessava os eventos na igreja dos terceiros do Carmo é marcado pela proliferação de situações ambivalentes. Por um lado, a irmandade continuava a abrigar alguns dos principais nomes da política sergipana, como o comendador Sebastião Gaspar de Almeida Botto, os barões da Estância e de Itaporanga e nomes da política municipal, como os capitães José Pedro de Oliveira, Antônio José Pereira e José Joaquim Pereira, além dos tenentes “Manoel Messias Álvares Pereira, José Florêncio dos Santos e João Caetano de Andrade” (SANTIAGO, 2009, p. 183). Por outro lado, a década de 70 do oitocentos era um momento de considerável crise econômica na cidade de São Cristóvão. Dois decênios após a transferência da capital provincial para Aracaju,⁴ a cidade era apresentada como o espaço da decadência política e econômica, simbolizada pelo desmoronamento de seus edifícios. Esse cenário foi descrito pelo memorialista Serafim Santiago, homem letrado que viveu em São Cristóvão ao longo do terceiro quartel do século XIX. Nas palavras de Santiago,

Já é tempo de esquecer que, pelos annos de 1871 ou 1872, se não estou enganado, por ali passavam dois typos que viajavam a cavallo vindos dos lados da Villa de Itaporanga para a florescente Capital de Aracaju, e, quando atravessaram a praça do Palácio, pararam um pouco, e disse um d’elles com orgulho: daqui a mais uns annos, havemos de passar por aqui e dizer: eis aqui a tapera que outrora chamou-se Cidade de São Christóvão capital de Sergipe e só se encontrará ruínas destas Egrejas (SANTIAGO, 2009, p. 128-129).

A cidade que tinha sido capital da província passava a ser vista pelos viajantes como um reduto espacial do passado, uma ruína das glórias de outrora. De acordo com as memórias de Serafim Santiago, o período de maior crise foi exatamente a década de setenta do oitocentos,

concursos públicos e o Estado era responsável pelo pagamento dos salários, construção e manutenção de templos, guarnição das procissões, regulamentação e aprovação das associações de leigos. Além disso, várias prerrogativas de serviço público eram efetivas pela Igreja Católica, como a realização das eleições, os serviços de sepultamentos, patê dos serviços educacionais e de empréstimos, além do recenciamento e registros dos dados de nascimento, casamento e óbito da população. Por esse motivo Sérgio Buarque de Hollanda afirmou que a Igreja Católica atuou como “simples braço do poder secular” (HOLANDA, 1995, p. 118).

³ A “Questão Religiosa” foi um dos episódios mais emblemáticos do Segundo Império do Brasil e é considerado um dos elementos que contribuiu para a fragilização da monarquia. Os principais episódios ocorreram entre 1873 e 1876, com os bispos de Recife, dom Vital, e de Belém, Dom Macedo Costa, que empreenderam ações voltadas para a exclusão de maçons das irmandades católicas, bem como a extinção das associações que resistissem. Esse processo resultou na prisão dos referidos bispos e na criação de uma delicada tensão diplomática entre a coroa brasileira e a Santa Sé (MEDEIROS, 2002; MONNERAT, 2009; MOREIRA, 1887; COSTA, 1886).

⁴ São Cristóvão, cidade fundada nos idos de 1590, foi a capital da província de Sergipe até os idos de 1855, quando ocorreu a transferência da sede para Aracaju.

momento no qual os monumentos começaram a desmoronar. Entretanto, sob a pátina da ruína havia o desenrolar dos conchaves políticos e os usos das tradições religiosas como palco privilegiado para a reafirmação das alianças.

Com isso, o texto foi dividido em três momentos. No primeiro, trago como escopo a celebração da missa na qual ocorreu o incêndio da imagem do Senhor dos Passos. Trata-se de um evento que marcou a memória coletiva dos moradores da cidade e forjou, de algum modo, a fama da imagem como milagrosa. Ao perpassar por narrativas que cingiam o milagre, busco o envolvimento de sujeitos políticos no desenrolar da trama. O segundo momento envolve a querela acerca das alfaias da Ordem Terceira do Carmo, que teve uma considerável repercussão na imprensa provincial. As polêmicas acabaram por provocar uma reformulação da política em São Cristóvão, por meio das fissuras de antigas alianças no grupo liberal. Por fim, no terceiro momento, discorro sobre o retorno do debate atinente ao suposto furto das correntes do turíbulo, no emergir da década de 80 do oitocentos, no contexto marcado pela derrocada política do vigário Barroso. Voltemo-nos, então, para o primeiro momento, a celebração eucarística de 1874.

O pintor Torquato e a “adusta veneranda imagem”: 1874

19 de junho de 1874. Uma data perdida no tempo, no qual desenrolou-se um episódio que se tornou atemporal, com a história contada e recontada, transmutando-a em milagre. Ao longo de um decênio, nas investigações acerca da romaria do Senhor dos Passos da cidade de São Cristóvão, Sergipe, a encruzilhada entre a história e o milagre apresentava linhas tênues (SANTOS, 2015a; SANTOS, 2015c). Nas falas dos moradores da cidade, a imagem alvo da devoção de grande parte da população pobre de Sergipe foi narrada como aventuras que reafirmavam o seu poder miraculoso, como uma presença sobrenatural no espaço ordinário da vivência histórica. A colina sagrada sergipana foi apresentada ao longo do tempo por meio de narrativas que se deslocavam entre as tragédias e os milagres (SANTOS, 2015b, p. 112).

Eram evocações sobre uma imagem, tida como miraculosa, na qual, após um incêndio teria ficado com chagas similares ao corpo humano. Essa memória foi reproduzida em narrativas orais, perpetuando o episódio de geração a geração. Em entrevista concedida no mês de dezembro de 2003, Maria Paiva Monteiro,⁵ filha de um tesoureiro dos antigos terceiros do Carmo, descreveu o incêndio da sacra imagem como um dos elementos que despertou à devoção:

Então, nesse tempo, não sei se eram os Carmelitas, ou se era o povo da Ordem Terceira do Carmo que ficou tomando conta das duas igrejas. Então entraram lá na igreja lá no Carmo Grande, como nós chamamos o Convento do Carmo. Todos os altares já eram cheios de santos, que não tinha mais lugar. Agora no Carmo Pequeno, que é a Ordem Terceira do Carmo, tinha um altar do lado direito de quem entra, era o segundo. Hoje tem uma imagem de Nossa Senhora do Bom Sucesso. Foi ali que colocaram a imagem de Nosso Senhor dos Passos. Vestiram-no e colocaram a imagem lá.

O povo tem a história de acender velas no pé do santo. Aí dizem assim: acenda no pé do Senhor dos Passos. Mas ninguém vai colocar no pé. Até que teve um dia que colocaram mesmo no pé e o santo vestido com roupa comum incendiou. A tinta, com qualquer substância, fez bolhas na imagem, como queimaduras. Daí, o povo disse que o Senhor dos Passos era vivo, porque fez bolhas como se fosse uma criatura viva. Daí a devoção aumentou mais (MONTEIRO, 2003).

Nas palavras de Maria Paiva Monteiro, a fama de milagrosa atribuída à imagem do Senhor dos Passos atravessa alguns episódios de sua trajetória, como o fato da mesma ter sido achada nas águas do Rio Paramopama e de ter “sobrevivido com chagas” após o incêndio. Ao falar sobre

⁵ Maria Paiva Monteiro, conhecida em São Cristóvão como dona Marinete, foi professora primária formada pela Escola Normal Rui Barbosa de Aracaju, em 1930. Atuou mais de 60 anos no Orfanato de São Cristóvão. Nascida no dia 19 de janeiro de 1913, era filha de Francisca Pio Monteiro e Horácio Pio Monteiro, antigo tesoureiro da Ordem Terceira do Carmo, falecido nos idos de 1924. Ela teve muita proximidade com as práticas devocionais ao Senhor dos Passos. Faleceu no dia 4 de fevereiro de 2004, poucos meses depois de conceder a entrevista (SANTOS, 2015; SANTANA, 2016).

o Cristo com a cruz às costas, a narradora buscou aproximar a entrega da imagem à Igreja da Ordem Terceira. A identificação do espaço inicial da devoção delimita não somente o processo de construção do protagonismo devocional do Senhor dos Passos em São Cristóvão (considerando-se que a imagem se localizava em um altar lateral e se tornou a principal devoção de Sergipe), mas explicita uma tentativa de atribuir sentido histórico, por meio de uma cartografia mnemônica.

Na fala da narradora, os episódios atinentes à crença no milagre galgam protagonismo. O efeito do incêndio na imagem, com as bolhas provocadas pela pintura foram descritas de forma minuciosa, enquanto os atores que testemunharam a cena foram silenciados. Isso revela como a sobrevivência da lembrança do incêndio na memória coletiva é devedora de um exercício de justificar a sacralidade da devoção.

Os recursos mobilizados para fortalecer a ideia de prova no âmbito da narrativa oral produzida por Maria Paiva Monteiro foram a descrição dos espaços e a tentativa de definição do tempo. O primeiro foi definido por meio dos deslocamentos da imagem nos altares da Ordem Terceira do Carmo, ao permanecer inicialmente em um altar lateral e, após o incêndio, ser transferida para o altar-mor. O segundo foi estabelecido a partir das conexões entre a história da devoção e a política, a partir da figura de Balthazar Góes, um dos protagonistas do movimento republicano na província de Sergipe. Maria Paiva Monteiro explicou o nexos:

Então para se resguardar de outro incêndio daquele, agora que a coisa aumentou, mudaram o santo de lugar. Então lá cima (altar-mor), tinha um crucifixo. Então colocaram o crucifixo no altar lateral e coloram Ele (Senhor dos Passos) lá em cima. Agora, assim, desprotegido, não ficava bem. Então cuidaram de fazer um nichozinho onde Ele está. Eu não sei a data. Mais ou menos, deve ter sido em começo de 1900 ou no fim de 1800, porque a minha professora do curso primário, ela dizia que era filha do professor Balthazar Góes. Eu acho que no tempo de vocês não se fala mais nesse povo. Mas no meu tempo tinha na Escola Normal até uma sala: Sala Professor Balthazar Góes. Quer dizer que o homem era até um pouco conhecido. Ele fazia esculturas. Foi ele que também fez aquela escultura dourada lá do nicho do Senhor dos Passos, que estão concertando, mas é bastante bonitinha (MONTEIRO, 2003).

A assertiva da entrevistada é permeada por uma confluência de temporalidades. Ela remete ao tempo do incêndio, com um esforço em tentar situá-lo com relativa precisão. Lembrando-se que a entrevistada nasceu em 1913, quatro décadas depois de ter ocorrido a história narrada. Ela também remete ao tempo de sua vida escolar, com a evocação das falas de sua professora primária, Balthazarina Góes, que lecionou em diferentes escolas e grupos escolares de Sergipe (SANTOS, 2013), na primeira metade do século XX, e de seu tempo de estudo na Escola Normal de Aracaju, entre 1927 e 1930 (SANTANA, 2016), quando conheceu a sala que homenageava Balthazar Góes, líder político republicano que se dedicou ao ensino. Além disso, a entrevistada também evoca o tempo presente da entrevista (2003), ao falar sobre o esquecimento desses atores sociais do passado.

Se a narrativa dilui o passado em uma dimensão próxima ao mito, com a imagem que resistiu ao incêndio e resguardou as marcas do fogo como cicatrizes; ao evocar figuras políticas do passado, a narradora explicita a preocupação com o vivido, com as experiências históricas. É a preocupação em instituir a fala como uma prova, ao referendar que mesmo não sendo testemunha ocular, as memórias encontram-se respaldadas nas ações de sujeitos que existiram.

Durante muito tempo, as fontes orais constituíram os principais registros documentais atinentes ao famigerado incêndio da imagem do Senhor dos Passos (SANTOS, 2015a). Tratava-se de um acontecimento que foi ignorado por cronistas e memorialistas, ou seja, um caso que teria se perdido no mundo da escrita e permanecido apenas na tradição oral. Nem mesmo Serafim Santiago, nascido em São Cristóvão nos idos de 1855 e que registrou os pormenores da romaria do Senhor dos Passos e de outras celebrações católicas de sua cidade, preocupou-se em narrar os fatos alusivos ao incêndio. Um silêncio quase que injustificável e possivelmente, decorrente de sua mudança para Aracaju onde passaria o restante de sua vida. Ele se limitou a dizer que a “sagrada

Imagem ali entregue aos frades Jesuítas Carmelitas que a collocaram em uma capelinha na Igreja – Ordem Terceira do Carmo e, depois de longos annos, mudada para o Throno do Altar-mor da mesma Igreja” (SANTIAGO, 2009, p. 180). Cita a mudança do nicho para o altar-mor, mas sem mencionar o motivo. Silêncio também presente na descrição elaborada por Manoel dos Passos de Oliveira Telles, que viveu em São Cristóvão no final do século XIX e registrou alguns aspectos pitorescos do município nos idos de 1907 (TELLES, 1907).

A exceção foi o registro produzido por Manoel Messias Álvares Pereira, por meio de seu diário escrito ao longo dos últimos decênios do século XIX. Trata-se de um documento que circulou nos acervos particulares das famílias de São Cristóvão e, conseqüentemente, até o momento não havia sido mobilizado em investigações históricas. O referido diário mescla registros do mundo privado familiar com episódios da vida pública, principalmente, por meio da descrição de eventos que ocorreram em São Cristóvão. De acordo com as memórias de Serafim Santiago, Manoel Pereira era um dos terceiros do Carmo que ficava a frente da organização da romaria do Senhor dos Passos ao longo da segunda metade do oitocentos.

O vínculo com o laicato do carmelito implicava em uma série de obrigações devocionais, entre as quais, estavam o transporte do andor de Nossa Senhora da Conceição na Procissão das Cinzas, organizada pela Ordem Terceira de São Francisco, a presença em celebrações como as procissões da romaria do Senhor dos Passos e da Semana Santa, além da missa votiva celebrada semanalmente nas manhãs de sextas. Desse modo, a presença do referido letrado nas celebrações eucarísticas não surpreende, pois referenda o cumprimento de uma das obrigações estatutárias da associação de leigos.

Manoel Messias Álvares Pereira era tenente e casou-se com Adelaide da Costa Pinto no domingo da Ressurreição, no dia cinco de abril de 1874. O registro do sacramento do matrimônio expressava a inserção do terceiro do Carmo em poderosas redes familiares, pois ele se tornou cunhado do vigário de Divina Pastora, o padre Thomaz da Costa Pinto e teve como padrinhos o comendador Cândido do Prado Pinto com Maria do Carmo Prado Pinto e o capitão José Francisco de Paiva com dona Antônia Barbosa Leal Costeira. Poucos meses após as núpcias, ele registrou o incidente na Missa do Senhor dos Passos:

Pelas 8 horas da manhã do dia sexta-feira, 19 de junho de 1874, quando o Reverendíssimo Irmão Prior Frei Thomaz de Villas Novas Real revestia-se para celebrar a Missa do Senhor Bom Jesus dos Passos, que se achava no Throno da Ordem Terceira do Carmo d’esta Cidade de São Christóvão, uma vela derreou sobre a veneranda Imagem e ganhou fogo na Sagrada Túnica, e incontimemente as pessoas que estavam na Igreja communicarão ao sacristão que estava sachristia e este com as mesmas pessoas voarão ao logar do incêndio e impregarão todos os esforços possíveis para apagá-lo: queimou-se a Sagrada Túnica e a cabeleira, e a Veneranda Imagem ficou adusta do calor do fogo (PEREIRA, 1874).

O registro mnemônico produzido por Manoel Messias Álvares Pereira traz para o primeiro plano questões silenciadas na tradição oral, como a celebração na qual o evento ocorreu, a precisão na data e os nomes dos sujeitos envolvidos na trama. Isso é resultante de duas questões: a primeira, o fato de o autor ser um ator social coetâneo dos acontecimentos, que vivia na cidade e de ter acompanhado os seus desdobramentos. A segunda é em relação a autoridade do narrador. Manoel Pereira não somente foi testemunha ocular do incêndio, mas como integrante da Ordem Terceira do Carmo, preocupou-se em assinalar o nome do frade carmelita que celebrou a missa. Frei Thomaz de Villas Boas Real foi o último frade carmelita que atuou em São Cristóvão. Após o seu afastamento, o convento foi fechado e passou a ser administrado pelos irmãos terceiros. O memorialista trouxe também para o primeiro plano a atuação do sacristão da Ordem Terceira do Carmo, que foi comunicado do incêndio e iniciou as ações para combater o fogo. De acordo com Serafim Santiago, nesta época, quem ocupava o cargo de sacristão da referida ordem era o velho Maximiliano Teixeira de Jesus (SANTIAGO, 2009, p. 181).

Ressalta-se a situação política na qual, com a proibição imperial de ingresso de brasileiro nas ordens religiosas, legislada na década de 40 do oitocentos, bem como os empecilhos que limitavam o ingresso de religiosos estrangeiros no país, antigas ordens como a de São Francisco e do Carmo encontravam-se em dificuldades para manter os seus conventos abertos, devido ao reduzido número de sacerdotes. No caso de São Cristóvão, os conventos foram fechados nos últimos anos do Império do Brasil, mantendo-se apenas por meio da manutenção de leigos terceiros.

Além disso, o cotejo entre a narrativa oral e o documento escrito é revelador acerca de alguns elementos que se aproximam, como a vela como causa do incêndio, o fogo que se propagou por meio da túnica e a situação da imagem após o controle das chamas. O nome do devoto que acendeu a vela perdeu-se no tempo, mas foram registradas as ações dos fiéis que estavam no templo na tentativa de controlar o ardor do fogo. Em tempos de crise econômica, a cidade tinha sofrido mais um golpe, com os danos provocados na imagem, alvo da devoção dos sergipanos, que ardia como brasa.

A imagem, que em decorrência do fogo encontrava-se adusta, era alvo da maior devoção da população da província de Sergipe no final do século XIX. A romaria penitencial tornara-se o principal eco de sobrevivência da cidade como testemunho dos tempos áureos, elemento da permanência da centralidade do centro urbano na esfera devocional. Nas proximidades do segundo final de semana da Quaresma, as levas de romeiros se deslocavam para a antiga capital, no intuito de participar das celebrações penitenciais. Nas palavras do memorialista Serafim Santiago,

Quando se aproximava o segundo Domingo da quaresma, dia consagrado à tradicional procissão dos Passos na legendária Cidade de Sam Christovão, desde cedo e alguns dias antes a multidão se dirigia para ali em continua romaria e com a maior reverencia afim de assistir a dolorosa memoração da tragédia da rua da Amargura, “o encontro da formozza filha de Sião com o filho unigênito”, acto verdadeiramente imponente e respeitável que ainda hoje se celebra na ex-Capital Sergipana (SANTIAGO, 2009, p. 179).

O Senhor dos Passos era a devoção dos integrantes da Ordem Terceira do Carmo, mas também de grande parte da população pobre da província. Talvez por esse motivo, Manoel Pereira tenha descrito a situação de calamidade dos devotos: “Depois do incêndio via-se o povo *mergulhado em profunda tristeza* e assim assistio o Santo Sacrifício da Missa; finda a qual mandou-se logo chamar o pintor Torquato que imediatamente veio e a ele entregou a veneranda Imagem para encarná-la” (PEREIRA, 1874).

Essa é a única nota que identifica o artista que ficou responsável pela restauração da imagem após o incêndio, ao mencionar que os terceiros do Carmo convidaram Torquato para avaliar os danos e que o mesmo levou a imagem para encarná-la. Mas afinal, quem era esse pintor Torquato? Diante da imprecisão da nota mnemônica, busquei identificar o pintor a partir do cotejo com fontes coetâneas, principalmente, anúncios publicados nos impressos sergipanos. O intuito era de localizar o sujeito no tempo e no espaço dos acontecimentos.

Ao realizar a busca por pintores e artistas sergipanos da década de 70 do oitocentos, localizei um artista que atuou na cidade de Aracaju. Era José Torquato do Espírito Santo. Entre 1873 e 1876, o seu nome ficou amplamente conhecido nos jornais sergipanos, em decorrência de seu envolvimento no processo acerca dos desvios de verbas públicas pelo então inspetor da fazenda provincial, Tito de Abreu Fialho. No referido caso, o artista havia sido contratado pelo inspetor para fazer reparos em mesas e em uma ponte de Aracaju em 1873 e os depoimentos do artista foram fundamentais para comprovar o culpa do inspetor (PRAZERES, 1876, p. 2).

Contudo, apesar das referências documentais serem atinentes à atuação de um artista no mesmo período, ainda havia a possibilidade de se tratar de homônimos. Neste sentido, havia a necessidade de situar a presença de José Torquato do Espírito Santo no *lócus* espacial da questão, ou seja, a cidade de São Cristóvão. Isso poderia ter ocorrido em outra nota de jornal, quando o “Sergipe” publicou uma notícia contra o vigário José Gonçalves Barroso: “C. J. A. escreve ainda

contra o sr. Antônio Miguel do Prado subdelegado de São Christovam, declarando que a prisão de Severo Alves Ferreira, foi feita pelo inspetor de quartirão José Torquato, e não pelo subdelegado como declarou o Echo Liberal” (SERGIPE, 1882, p. 2).

Trata-se, de fato, de uma nota reveladora, pois elucida uma imbricação de sujeitos envolvidos na trama política de São Cristóvão, como o vigário Barroso e Antônio Miguel do Prado, o afamado ourives da cidade. São elementos que aproximam os sujeitos tanto pelo viés da política, como também pelo universo dos fazeres profissionais. Além disso, o mesmo José Torquato foi apresentado como um sujeito que possuía vínculos profissionais com Antônio Miguel do Prado, que era uma liderança política da velha cidade e que atuava como ouvires que prestava serviço nas associações de leigos. De alguma forma, Antônio Prado e Torquato, fossem como ourives e artista, ou como subdelegado e inspetor de quartirão, ocupariam cargos e exerceriam funções que possibilitavam constantes interlocuções em seus múltiplos fazeres profissionais, inclusive, no tocante às irmandades, que geralmente tinham demandas pela prestação de serviços nas semanas anteriores a suas celebrações festivas.

Mesmo assim, a fonte é marcada pela imprecisão, por não revelar o sobrenome desse José Torquato e isso impossibilita confirmar se realmente tinham como atores os mesmos sujeitos. Outro problema é que o José Torquato de São Cristóvão não foi mencionado como artista e o José Torquato do Espírito Santo prestou inúmeros serviços ao governo provincial, mas na cidade de Aracaju e no mesmo período. Serviços que, no mínimo, exigiram uma longa estadia na nova capital. Por outro lado, o diário informa que na sexta-feira do incidente mandaram chamar o pintor e ele veio imediatamente. Neste caso, é prudente afirmar com relativa precisão que o pintor morava em São Cristóvão e não Aracaju. Outro ponto que referenda essa impossibilidade, é que em ambos os jornais aparece o nome José Torquato, inclusive, desprovido de sobrenome. Possivelmente, essa era a forma de se referir cotidianamente ao inspetor de quartirão. Contudo, no diário, foi registrado apenas Torquato. Tratava-se, certamente, de outra pessoa.

Por meio dessa notícia, é pertinente afirmar que o pintor que foi convidado para restaurar a imagem do Senhor dos Passos não foi José Torquato do Espírito Santo. Este era um artista com dotes no campo da marcenaria e não da pintura. Além disso, ao longo de sua trajetória, a cidade de São Cristóvão possuía inúmeros artistas, como pintores, escultores, encarnadores e armadores que prestavam serviços para irmandades, para setores públicos da província e conciliavam os trabalhos artísticos com cargos públicos. Eram homens, como Antônio Miguel do Prado e Serafim Santiago, que tinham proximidade com os setores do poder público provincial e com as irmandades católicas, inclusive, a portentosa Ordem Terceira do Carmo.

Em São Cristóvão, havia um espaço privilegiado para a congregação dos profissionais das artes, como encarnadores, armadores, pintores e músicos. Era a Irmandade de Nossa Senhora do Amparo do Homens Pardos. Essa associação de leigos, que possuía templo próprio e congregou nomes de lideranças políticas como João Nepomuceno Borges (conhecido na história como João Bebe Água) e Serafim Santiago, também congregou grande parte dos artistas existentes na velha cidade, como os armadores Manoel do Amparo e Luiz Alves Pitanga e os músicos José da Anunciação Pereira Leite, Firmiano Nunes dos Santos Fortes, Juvêncio Alves dos Santos Fortes e Francisco Avelino da Cruz. Esses artistas tornavam a festa do orago da irmandade, Nossa Senhora do Amparo, uma das mais concorridas e célebre, no tocante aos ornamentos, capricho nas armações, qualidade das músicas e quantidade de sermões. Serafim Santiago, pautado na tradição oral da cidade, historiou que “certo anno, dizia o velho Apolinário, durante as 9 noites de novenas, foram ali pronunciados 17 sermões (...), ocorrendo assim, grandes números de fieis dado superior realce aos festejos” (SANTIAGO, 2009, p. 262).

Se o Amparo era a irmandade dos artistas de São Cristóvão, é prudente imaginar que o pintor responsável pela restauração da imagem do Senhor dos Passos estivesse entre os seus irmãos. E justamente nesta irmandade foi possível localizar a presença de Torquato Correia Lima.

Na eleição realizada na Festa do Amparo de 1877, ele foi eleito para o cargo de escrivão na diretoria que iria efetivar os festejos da Irmandade do Amparo no ano seguinte. O *Echo Liberal*, na edição do dia 22 de setembro de 1877 publicou:

Eleição para juizes e juisas, mordomos mais e oficiais de Nossa Senhora do Amparo para o anno de 1878. Juizes: Capitão Manoel Tavares de Andrade, Capitão Severiano Alexandrino da Silva, Gustavo Felício de Castilho. Juisas: D. Josepha Maria do Espírito Santo, D. Francisca Luiza de Jesus, D. Virgínia Francisca Aranha. Escrivão: Torquato Correia Lima. Thesoureiro: João Nepomuceno Borges. Procurador Geral: Saturnino José d'Amorim (*ECHO LIBERAL*, 22 de setembro de 1877, p. 4).

Diante dessa informação, é consideravelmente plausível pensar que o pintor Torquato citado por Manoel Álvares Pereira se tratasse de Torquato Correia Lima, escrivão da Irmandade do Amparo. Primeiramente, o nome é apenas Torquato, conforme foi denominado no diário, sem complemento. Em uma cidade na qual a população era amplamente conhecida, era recorrente denominar as pessoas pelos nomes próprios. Além disso, ao fazer parte da “antiga irmandade dos mulatos do Amparo, conforme João Bebe Água chamava” (SANTIAGO, 2009, p. 263).

Por fim, trago como argumento para defender a hipótese de o pintor ter sido Torquato Correia Lima, as descrições realizadas pelo historiador Serafim Santiago acerca das celebrações da Emancipação Política de Sergipe, organizada por uma comissão dirigida pelo bacharel Francisco José Martins Penna Júnior, “em um domingo de setembro de 1874 ou 1875, o que não me posso recordar” (SANTIAGO, 2009, p. 284). A lista da comissão era constituída por artistas que ficariam responsáveis pela iluminação, levantar o palanque, organizar os batalhões e músicas, decoração do carro triunfante, decoração das igrejas e montar cenários no teatro. Os nomes eram todos oriundos da Irmandade do Amparo. Serafim Santiago, não incluiu o nome de Torquato Correia Lima entre os nomes mencionados nas comissões, mas, ao descrever os festejos, informou:

Finalmente, ao terminar o repique, toda a cidade e o vistoso palanque estavam iluminados. A quem entrava pelo lado do Convento dos Capuchinhos, a velha cidade apresentava uma vista encantadora. Era como um candelabro de myriades de luzes, surgindo no meio das florestas. Nesta ocasião via-se também no centro da Praça da Matriz o vistoso palanque bem iluminado; o clarão das luzes na ordem em que estavam dispostas pelos artistas, dava-lhes uma beleza admirável. À esta hora já se reuniam em frente do Convento dos Capuchinhos o Antônio de Jesus e José Henrique com todo o seu pessoal, montados em finos cavalos bem aparelhados com ricas mantas e peitoral, contendo muitos guisos ou cascaveis pequenos, que com o andar dos animais, formavam uma bonita consonância. Todo o pessoal vestido de branco com chapéu de palha da terra, levava nas mãos lindíssimas lanternas bem desenhadas pelo *artista Torquato*: umas representavam um lindo jarro; outras em forma de globo, todas com inscrições apropriadas ao dia (SANTIAGO, 2009, p. 286).

Diante desses elementos apresentados, é possível afirmar, com grande margem de segurança, que o pintor responsável pela restauração da imagem do Senhor dos Passos após o incêndio de 1874 foi Torquato Correia Lima, escrivão da Irmandade do Amparo dos Homens Pardos. Um artista que no mesmo ano elucidou os seus dons na pintura, por meio da confecção das lanternas utilizadas nos festejos do dia 24 de outubro, data da emancipação política da província.

No último quartel do oitocentos, os Terceiros do Carmo compunham um grupo constituído por políticos, senhores de engenho e bacharéis. De alguma forma, era uma continuidade de uma rede de poder tecida ao longo da centúria anterior, da qual, a historiadora Maria Thétis Nunes, afirmou: “demonstrando o prestígio dos Carmelitas na comunidade local, os Franciscanos não encontraram advogados para encaminhar o embargo, desculpando os consultados de terem impedimento porque pertenciam à Ordem Terceira do Carmo” (NUNES, 1996, p. 237). Ao adentrar o último quartel do oitocentos, as demais associações de leigos de São Cristóvão já possuíam advogados entre os seus irmãos, mas os terceiros do Carmo continuavam com um grande séquito de homens envolvidos no poder público provincial. De acordo com o jurista Gumersindo Bessa, na

romaria do Senhor dos Passos de 1886:

Noite cerrada, Marfório voltou ao Carmo para ver a procissão de transladação. Viu, ao pé da charola, numa posição indescritível de fidalgo e penitente, um velho esguio, alto apumado, moreno, barba branca cerrada e curta, cabeleira rebelde, trajado com elegância e modéstia, silencioso, imóvel, aguardando a saída da procissão naquele posto para que ninguém lhe roubasse o gosto de por sobre os ombros um dos varais do andor. Marfório perguntou ao Antônio Barroso, então rapaz e esperto: Quem é esse figurão? É nosso Antônio Dias (...). Mas, no mesmo instante, vão entrando na igreja o Manoel Góis, presidente da província, o Rastelli, juiz de direito da Comarca, e o Oséias, secretário de governo (BESSA, 1915, p. 1).

Bessa narra os momentos anteriores à Procissão do Depósito, com a presença de Antônio Dias Coelho e Mello, conhecido pelo título nobiliárquico de Barão da Estância. O barão centralizava um cenário coadjuvado pelo presidente da província, assim como ocorria em outras cidades do Império, como Oeiras, Desterro, Alagoas, Goiás e na própria corte. Esse quadro descrito por Gurmensindo Bessa pode ser complementado com as informações do historiador memorialista Serafim Santiago ao listar:

Via-se também ao pé da charola, aguardando o momento da saída, o Presidente da Província com o seu estado-maior, Barão da Estância, Commendador – Sebastião Gaspar de Almeida Botto, Coronel Jozé Guilherme da Silveira Telles, Coronel Domingos Dias Coelho e Mello, Dr. Sílvio Anacleto de Souza Bastos, Dr. Simões de Mello e muitíssimos outros abastados proprietários do Vasa-barris, antigos devotos da respeitável Imagem do Senhor dos Passos (SANTIAGO, 2009, p. 182).

A procissão do Passos era uma celebração católica, com forte impacto devocional das elites e das camadas populares, mas fortemente tingida pela dimensão política. A imagem era ladeada por alguns dos principais nomes da política provincial de Sergipe na segunda metade do oitocentos, como Sebastião Botto, Antônio Dias e Domingos Dias. Isso sem contar com a direção dos atos solenes exercida pelo vigário José Gonçalves Barroso, pároco de São Cristóvão e influente político. Mais do que aproximados pela devoção, essa lista referenda a existência de um grupo político, unidos em diferentes instâncias como a confraternidade nas associações católicas de leigos, a proximidade devocional, os laços de compadrio e as alianças políticas.

Neste sentido, pensar esse grupo por meio de uma concepção de cultura política não implica apenas na reformulação conceitual do tempo presente, no deslocamento do olhar atinente ao passado, mas, sobretudo, no reconhecimento da própria dinâmica brasileira oitocentista na qual a política não era separada das lidas devocionais e familiares. Não se tratava apenas de uso do religioso como legitimação política, mas de entender como homens devotos se articulavam nos fazeres políticos nos diferentes espaços institucionais. A atuação política desses homens, que se viam como devotos e amigos, se fazia a partir de alianças tecidas em encontros cotidianos. Encontros que, por vezes, podiam criar fissuras que levariam a reconfiguração do grupo e à redefinição da forma de usar o passado. As antigas alianças seriam fragilizadas. Adentremo-nos ao segundo momento, entre o Palácio Provincial e a Igreja da Ordem Terceira do Carmo.

O alferes Antônio Miguel do Prado e “as correntes do thuríbulo”: 1877

10 de janeiro de 1866. Palácio da câmara de vereadores de São Cristóvão. Em reunião presidida pelo juiz de direito interino, Cândido Augusto Pereira Franco, foi apurada uma lista com a indicação de cinco homens listados como jurados do termo. Ao ser apresentada a lista, o então presidente da Câmara Municipal, Joaquim José Pereira, alegou para que o nome de Antônio Manoel do Prado não podia ser jurado. Ao ser perguntado sobre o motivo, ele declarou:

Que o supplicante limpando um thuribulo de prata da Ordem Terceira do Carmo tirou de cada uma das correntes um palmo, razão pela qual não podia ser jurado, impondo-lhe, desta arte, a

neca – de ladrão – à vista do que, o juiz de direito eliminou-o da lista apurada, deixando-o de incluir na lista geral resultante da apuração (JORNAL DO COMMERCIO, 26 de agosto de 1877, p. 3).

Essa fala, atribuída ao coronel Joaquim José Pereira, pode ser vista como o estopim para a constituição de uma fissura no quadro político da cidade de São Cristóvão do grupo dos chamados liberais. Tratava-se de um grupo que no âmbito provincial era liderado por nomes como o comendador Sebastião Gaspar de Almeida Botto e Antônio Dias Coelho e Mello (Barão da Estância), que em diferentes momentos chegaram a exercer o cargo de presidente de província. No âmbito municipal, os liberais possuíam nomes de ressonância provincial, como o vigário José Gonçalves Barroso, o capitão Joaquim José Pereira e o tenente Manoel Messias Álvares Pereira. De alguma forma, essas querelas emergidas em meados da década de 70 do oitocentos, reverberam o processo que foi descrito por Maria Thétis Nunes, no qual, “os partidos políticos tradicionais não acompanharam as transformações sociais que se processavam sobretudo advindas do crescimento da urbanização. Cindiam-se, dividiam-se, perdiam seus princípios básicos” (NUNES, 2006, p. 195).

Evidentemente, entender essas fissuras políticas dos partidos nos municípios como resultantes do crescimento urbano implica em restringir o processo histórico. A década de 70 do oitocentos foi marcada pela emergência de novas demandas sociais e políticas, como o fortalecimento das ideias abolicionistas e republicanas, além da amplificação do poderio dos militares. Tudo isso contribuiu para a reconfiguração do cenário partidário. A fragmentação política também acometeu o grupo dos conservadores como foi ressaltado por Ibarê Dantas, ao informar:

No pleito de agosto de 1872, o Partido Conservador de Sergipe, que era composto de duas facções, ampliou para três as cisões internas. José Luís Coelho e Campos, um jovem político que despontava muito ativo e desenvolvido, formou mais uma dissidência através da aliança com Leandro Bezerra Monteiro (DANTAS, 2009, p. 143).

Se na província de Sergipe, a emergência de novas lideranças políticas promovia cisões no grupo conservador; no município de São Cristóvão, as rupturas entre os liberais emergiam nas lides cotidianas das irmandades. Joaquim José Pereira, além de ser presidente da câmara municipal, também ocupava o prestigiado cargo de mais antigo integrante da Ordem Terceira do Carmo. Neste caso, a tensão gestada na esfera de uma irmandade adentrou a instância pública, pois era um membro de irmandade que acusava um ourives de furto. Diante de acusação de furto de parte das correntes do turíbulo dos terceiros do Carmo, Antônio Miguel do Prado tornou-se inelegível para a junta.

Na época, Antônio Miguel do Prado vivia do emprego de guarda de mesa de rendas provinciais e do ofício de ourives alvo das acusações. Era um aliado histórico do grupo liderado pelo vigário Barroso e pelo próprio Joaquim José Pereira. Em decorrência das graves acusações, ele foi excluído da lista de apuração. Com isso, no dia 13 de janeiro de 1876, Antônio Miguel do Prado abriu o processo criminal de calúnia, por meio de uma queixa contra o coronel Joaquim José Pereira. Na queixa, ele descreveu o episódio de acusação ocorrido na câmara municipal e em outros espaços da cidade, o que teria causado danos em sua reputação. Com isso,

Ora, sendo semelhante procedimento do suplicante ofensivo a reputação do suplicante que até o presente não tem merecido pecha ou nodos, e sendo injuriado pelo suplicante com estas palavras que exprimiu perante a junta revisora, e repetidas na loja do negociante José Fernandes Costeira, perante o mesmo e mais algumas pessoas, como sejam Maximiano Quirino Rodrigues da Silva, Francisco Gomes Cunha, Luiz de França Marques, e Euquério Fernandes, em número de cinco testemunhas (JORNAL DO COMMERCIO, 26 de agosto de 1877, p. 3).

Nessa assertiva foram elencados os espaços urbanos nos quais as redes de sociabilidades eram tecidas e desfeitas, como o palácio da câmara municipal e a loja de José Costeira. Tratam-

se, certamente, de dois espaços que costumeiramente são negligenciados ou desvinculados dos fazeres políticos. Ao evocar tais estabelecimentos e instituições, torna-se possível pensar nos meandros da política oitocentista em âmbito municipal. No caso da loja, propicia o entendimento das articulações tecidas por meio do processo boca a boca, da construção da leitura do outro, por meio das falas ordinárias, no cotidiano urbano. É o político adstrito às práticas diárias. No caso da câmara municipal, apesar da mesma ser entendida como um palco político, é notório que no âmbito historiográfico, as mesmas são tratadas de forma tangencial, quando não, silenciadas. No entendimento de Juliana Teixeira Souza,

No fim das contas, a pouca importância tradicionalmente atribuída às câmaras municipais no processo de construção e consolidação do estado imperial e, conseqüentemente, desqualificação dos grupos representados nessa instituição como sujeitos políticos, desestimulou a realização de pesquisas sobre essa instituição e seus representantes entre aqueles que se ocupam da História Política do Brasil Império (SOUZA, 2018, p. 28).

Neste caso, as tensões gestadas entre a câmara e lojas da cidade, reverberariam na reconfiguração do cenário político sergipano oitocentista. No dia 15 de janeiro de 1874, os nomes listados por Antônio Miguel do Prado foram “autoada e jurada, citem o reu e testemunhas para audiência no dia 16 do corrente, pelas 3 horas da tarde” (JORNAL DO COMMERCIO, 26 de agosto de 1877, p. 3). No dia e hora aprazadas,

Comparecendo em juízo o sr. dr. Jesuíno José Gomes e tenente Francisco Felino Peixoto de Carvalho, e o sr. dr. Francisco José Martins Penna, aquelles na qualidade de patronos do sr. Antônio Miguel e este do sr. capitão Joaquim José Pereira, foi apresentada em juízo uma exceção, mostrando que o subdelegado não era competente para instaurar o processo e sim o juiz de direito, do que disse o advogado do sr. Pereira, este commetera o crime na qualidade de presidente da câmara (JORNAL DO ARACAJU, 9 de novembro de 1877, p. 2).

Joaquim José Pereira, influente político do vale do rio Paramopama, foi para a audiência acompanhado do juiz de direito da cidade, o prestigiado Francisco José Martins da Penna Júnior. Juiz e aliado histórico de Pereira. Com isso, ficou decidida a questão preliminar, com a tramitação do processo, que deixou de ser conduzido pelo subdelegado, Luiz de França Marques (tesoureiro da Irmandade do Rosário dos Homens Pretos), passando para o juiz. Assim, a audiência foi adiada para o dia 18 do mesmo mês. Contudo, o processo não foi concluído, pois “tendo sido intimado o suplicante, e tendo comparecido e alegando a sua defesa, o queixoso requereu desistência de sua queixa” (JORNAL DO COMMERCIO, 26 de agosto de 1877, p. 3).

Os motivos da retirada da queixa não foram apresentados no processo. Afinal, seria um sinal de trégua entre os envolvidos, ou apenas mais uma demonstração de força política por parte do coronel Joaquim José Pereira? A permuta do agente que iria julgar o caso aparece ter influenciado a decisão de Antônio Prado. Contudo, a retirada da queixa foi consequência da intermediação de outra liderança política da cidade, o vigário José Gonçalves Barroso,⁶ aliado político que buscou pacificar os ânimos dos amigos. Posteriormente, em carta enviada ao próprio Antônio Miguel do Prado, o vigário disse: “É verdade, que v. s. à instâncias minhas, desistiu da queixa que havia dado contra o capitão Joaquim José Pereira. Compadre e amigo de ambos, intervim com v. s. para que o negócio não fosse adiante” (JORNAL DO ARACAJU, 9 de novembro de 1877, p. 2).

O pedido do vigário, evocava os elementos de amizade e compadrio, como forma de manutenção do seu grupo político coeso. Aparentemente, a intervenção do sacerdote havia acalmado os ânimos e reestabelecido a ordem no cenário político municipal. Uma temporada de

⁶ De acordo com o biógrafo Armindo Guaraná: “Na primeira fase de sua vida política militou activamente nas fileiras do partido conservador, que o elegeu em 1852 vereador da Camara Municipal de S. Christovão para o quadriênio de 1853-1856. Foi o primeiro cargo electivo que occupou no longo estádio percorrido durante trinta annos de luctas partidárias, no decurso dos quaes figurou como deputado provincial em onze legislaturas, sendo quasi sempre elevado a cadeira de presidente de assembleia por seus colegas de representação (GUARANÁ, 1925, p. 167).

trégua, na qual silenciava rearranjos que novamente levaria a figura do ourives para uma situação de exposição pública. O estopim do novo processo instaurado ocorreu no dia 19 de setembro de 1876. Antônio Miguel do Prado encontrava-se em seu sítio, nos arredores de São Cristóvão, quando sua propriedade foi invadida por um grupo liderado por Constantino Francisco dos Santos. Dessa invasão, resultaram ações de resistência por parte do proprietário e de cenas de violência, culminando com o ferimento do invasor com uma estaca. De acordo com a notícia publicada no Jornal de Aracaju,

Antônio Miguel do Prado estava manso e pacífico em sua casa e sítio na cidade de São Christóvão , quando foi acometido por Constantino Francisco dos Santos e outros que de plano premeditado e com cacetes em punho arrancavam os arvoredos de seu sítio, para de tudo gosarem como se tudo fosse propriedade sua; deverião ter dito que admoestados por Antônio Miguel para que cedessem de uma tal violência, insistiram nella, e o agredirão para dar-lhe e que ele em sua defesa e de seus direitos lançara mão de uma estaca com que ferio o referido Constantino, retirando-se então os demais agressores, que por outra forma o não querião fazer (JORNAL DO ARACAJU, 2 de dezembro de 1876, p. 4).

Cenas de violência que demonstram questões atinentes à insegurança pública na província de Sergipe e reverberam os usos do episódio pelas diferentes facções dos conservadores e liberais da antiga capital. Contudo, é preciso atentar-se para as intencionalidades que perpassaram pela produção da fonte histórica, que traz as marcas de seu tempo. Como Rémond assevera, “o historiador é sempre de um tempo, aquele em que o acaso o fez nascer e do qual ele abraça, às vezes sem o saber, as curiosidades, as inclinações, os pressupostos, em suma, a “ideologia dominante”, e mesmo quando se opõe, ele ainda se determina por referência aos postulados de sua época” (REMOND, 2003, p. 13). Antônio Miguel do Prado, usou da prerrogativa o inciso segundo do Artigo 14 do código penal de 1830, no qual o crime era justificável e “não terá lugar a punição dele” a situação na qual “Quando fôr feito em defeza da propria pessoa, ou de seus direitos” (BRASIL, 1830). A narrativa publica no jornal aracajuano explicita essa intencionalidade e as notícias publicadas tanto pela situação, como oposição, parecem não questionar o fato de Antônio Prado ter tido a sua propriedade invadida.

Contudo, na averiguação dos fatos, o juiz da cidade de São Cristóvão, Francisco José Martins da Penna Júnior, o entendimento foi outro e o proprietário foi processado por meio da acusação de ter cometido agressão a Constantino dos Santos. O que fica subtendido que essa leitura diferenciada do código penal oitocentista teria sido decorrente de uma intencionalidade de retaliação, pelo fato de Antônio Miguel do Prado ter dado queixa contra o então presidente da câmara municipal de São Cristóvão. Para os defensores de Prado, “o processo, todo cheio de defeitos, que só tem por principal fundamento perseguir um cidadão honesto e que, infelizmente, cahio no desagrado de alguns habitantes de S. Christóvão, certamente, por motivos que muito o honram” (JORNAL DO ARACAJU, 2 de dezembro de 1876, p. 4). Pautado na denúncia dessa suspeita, ao longo do ano de 1877, ocorreu uma intensa batalha de textos com caráter de denúncias nos jornais sergipanos. Uma batalha que passava a ter como cerne as “correntes do thuribulo” da Venerável Ordem Terceira do Carmo. A cisão política eclodia na mais poderosa associação de leigos da província.

As críticas elaboradas pelo grupo de Joaquim José Pereira tiveram como palco o Jornal do Commercio, com dois textos assinados com o pseudônimo Epaminondas. O primeiro, intitulado “As correntes do thuribulo” foi publicado no dia 26 de agosto e o segundo, “Aos homens de bem”, foi publicado no dia 14 de setembro de 1877. Em ambas as edições, a preocupação central era reafirmar que Antônio Miguel do Prado não possuía idoneidade, por supostamente ter usurpado um palmo das correntes do turíbulo. No artigo de agosto, afirmou-se: “Cidadão de merecimento! Não o serás enquanto os *castiçais* e a *cruz* dos Santos derem para o *ourives trabalhar*” (JORNAL DO COMMERCIO, 26 de agosto de 1877, p. 2). A difamação perpassava pelo exercício do ofício de

Antônio do Prado, em uma cidade na qual uma das principais atribuições dos ourives encontrava-se no tocante aos trabalhos prestados para as irmandades.

Além disso, o texto atacou as declarações do artigo “Inimigo dos traiçoeiros”, publicado no Jornal de Sergipe. O ataque teve como escopo a metáfora do incenso, possivelmente, como uma estratégia para remeter ao episódio do turíbulo.

O incenso pobre e nojento da adulação servil é tão repulsivo como o massacre vil e a caluniador dictado pelo ódio e desprezíveis motivos. O torpe bajulador que lançou o thuribulo do servilismo a mais baixa apothoze com o pseudonymo – *Inimigo dos traiçoeiros* – é o mesmo que subtrahiu as correntes do thuribulo da dignidade, par assignar-se – *Indignado* – e proclamar-se cidadão de merecimento, moço distincto e honrado (JORNAL DO COMMERCIO, 26 de agosto de 1877, p. 2).

Percebe-se que a reação do grupo político liderado por Joaquim José Pereira e pelo juiz Penna Júnior tinha como escopo a questão das correntes do turíbulo, sob a alegação de que a retirada da queixa por parte de Antônio do Prado implicava na culpa. No dia nove de novembro de 1877, os aliados de Prado publicaram um novo artigo, no qual reafirmava que ele tinha continuado “a merecer a estima pública e exercer actos de eleição popular na cidade” (JORNAL DO ARACAJU, 9 de novembro de 1877, p. 2).

Em dois textos, foram publicadas cartas de amigos de Antônio Miguel do Prado. No primeiro os documentos foram produzidos por tesoureiros das irmandades do Rosário, São Benedito (Luiz de França Marques), Santíssimo Sacramento e da própria Ordem Terceira do Carmo (José Pedro d’Oliveira), além de diretores de instituições nas quais havia trabalhado (Manoel Messias Álvares Pereira, José Guilherme da Fonseca e Francisco Felino Peixoto Carvalho), que atestavam a idoneidade do ourives. No segundo, assinaram Luiz de França Marques (desta vez como delegado), Manoel Jorge da Guias (escrivão da subdelegacia), Manoel Lino da Silveira (vereador), Francisco Felino Peixoto Carvalho e o vigário José Gonçalves Barroso, que confirmou o seu pedido de exclusão da queixa, mas laconicamente silenciou sobre a questão de Joaquim Pereira “haver calumniado e injuriado com factos de sua invencção”.

Essa reunião de documentos assinados por alguns dos homens mais poderosos da cidade tinha como objetivo atestar a honra de Antônio do Prado. Em decorrência do episódio de invasão de seu sítio e dos ferimentos acometidos a Constantino dos Santos, o juiz municipal, Francisco da Penna Júnior, manteve o ourives na prisão e mesmo na condição de inimigo, manteve-se a frente do caso. Além disso, para comprovar a gravidade dos ferimentos, ele nomeou como peritos para o corpo de delito Cândido da Silveira Coelho e o comerciante Antônio Fernandes de Souza, sendo este inimigo de Prado. Ambos nunca haviam realizado tal atividade. O texto questionava o porquê da não nomeação peritos mais habilitados que existiam na cidade, como José Bento dos Prazeres, que já tinha sido enfermeiro e João Nepomuceno Borges “que tem prática de curar e que muitas vezes tem sido chamado para perito” (JORNAL DO ARACAJU, 10 de novembro de 1877, p. 2).

No entanto, o documento mais importante neste imbróglio foi produzido por Manoel Messias Álvares Pereira, terceiro do Carmo. Para aferir o tamanho das correntes do turíbulo, as testemunhas se reuniam na Igreja da Ordem Terceira do Carmo, novamente em um missa do Senhor dos Passos na manhã de sexta-feira.

Para satisfazer o pedido de v. s., declaro que, em uma sexta-feira, achando-me com mais algumas pessoas na sacristia da Ordem Terceira do Carmo, pois reunirmo-nos para ouvirmos a missa do Senhor Bom Jezus dos Passos, pedi ao senhor Maximiano, sachristão da dita igreja que fosse buscar o thuribulo da Igreja do Convento e pendurasse no mesmo prego em que estava o da Ordem Terceira, o que ele fez, e vimos todos que estávamos presentes que ficaram ambos os thuribulos iguaes no comprimento, donde ainda mais firmei a opinião que tinha a favor de v. s. (JORNAL DO ARACAJU, 28 de outubro de 1877, p. 3).

O documento assinado pelo terceiro do Carmo, somado à declaração de honestidade

enviada pelo tesoureiro da mesma ordem explicitavam que Antônio Miguel do Prado havia sido vítima de calúnia. Os dois turíbulos encontravam-se com o mesmo comprimento. A sacristia que outrora congregava a elite política sergipana, se tornava o espaço para atenuar os desafetos e reafirmar as fissuras na política municipal e de impacto provincial. A missa devotada ao Senhor dos Passos tornava-se palco de mais um episódio que redirecionava os caminhos da política. É importante ressaltar que Manoel Messias Álvares Pereira revela que a aferição somente confirmou a sua opinião atinente à honestidade do ourives. Com a verdade averiguada, a política municipal encontrava-se redesenhada novos episódios nas eleições promoveriam o retorno das calúnias. Adentremos ao terceiro momento, com o declínio político do vigário Barroso.

O vigário Barroso e o retorno de “as correntes do thuríbulo”: 1882

Após a missa do Senhor dos Passos e a série de publicações nos jornais sergipanos, a situação política da cidade de São Cristóvão passou por uma reconfiguração. O vigário José Gonçalves Barroso, apesar de suas falas comedidas e de ter enfatizado que era amigo e compadre de ambas as partes envolvidas, paulatinamente, afastou-se do grupo político do capitão Joaquim José Pereira. Este, por sua vez, aproximou-se dos conservadores, passando a constituir uma nova facção, integrada pelo juiz Francisco José Martins Penna Júnior e o promotor Theodoro Cordeiro Guaraná, nomes envolvidos na constituição do processo contra Antônio do Prado.

A ruptura política fragilizou o poderio exercido pelo vigário Barroso no seu colégio eleitoral. Na velha cidade, o sacerdote passou a constituir uma facção integrada por nomes como o do tenente Manoel Messias Álvares Pereira, diretor da mesa de rendas e que se aposentou nos idos de 1880, Luiz França Marques (subdelegado tesoureiro da Confraria de São Benedito), além do próprio alferes Antônio Miguel do Prado.

No cenário provincial, os liberais encontravam-se fortalecidos, obtendo a totalidade da bancada da assembleia na 17ª legislatura, com a eleição do Barão da Estância, João José Monte, Graciliano Aristides Pimentel e Sancho de Matos Pimentel (DANTAS, 2009, p. 171). Contudo, essa vitória nas urnas não significava a proeminência de um projeto unísono no âmbito da assembleia provincial. Pelo contrário, os liberais encontravam-se com relações turbulentas. De acordo com Ibarê Dantas, nos idos de 1879 o próprio Barão da Estância “tinha problemas de relacionamento com várias lideranças importantes de sua agremiação (...). Ultimamente, desentendia-se com outros correligionários, inclusive o seu cunhado, o comendador Almeida Boto” (DANTAS, 2009, p. 171).

O rearranjo político no partido liberal ressoou na cidade de São Cristóvão. O vigário Barroso e o seu séquito, permaneceu ao lado do líder provincial do partido, Antônio Dias Coelho e Mello, o famigerado Barão da Estância. Uma aliança renovada nas sessões da assembleia, ou nas celebrações da romaria do Senhor dos Passos, na qual o barão era antigo devoto e o sacerdote um dos mais aclamados oradores que proclamavam os sermões. Mesmo com a atuação na política, o religioso continuava a pregar o encontro da rua da Amargura. Um exemplo disso é que em 1880, na mesma página que informava a atuação de Barroso na presidência da sessão da assembleia legislativa, também informava sobre as expectativas do sermão do encontro:

Sermão de Encontro – Amanhã terá logar a procissão de Passos. Prega o encontro o revendo vigário Barroso, cuja eloquência todos são uníssonos em apregoar. O povo aguarda ansioso a hora aprasada, afim de ouvir a palavra persuasiva do velho levita do Senhor. Inspirado nas scenas tocantes e comoventes de que foi teatro a velha Jerusalém, o ilustrado sacerdote há-de, certamente, fazer cahir de seus lábios phrases que commovam e persuadam aquelles que andam arredios no caminho do dever (JORNAL DE ARACAJU, 20 de março de 1880, p. 3).

Em tempos de romaria, a antiga capital sergipana transmutava-se em um espaço similar ao teatro histórico de Jerusalém, além de soerguer-se como palco da política, com a recepção de aliados como o Barão da Estância, ou no uso de alfinetadas para os adversários políticos no púlpito portátil da Praça São Francisco, no sermão do Encontro. Em seus últimos anos na arena política, o vigário Barroso fortaleceu o seu apoio ao Barão da Estância. Contudo, isso implicou no seu

afastamento de outros aliados históricos, como o próprio comendador Sebastião Gaspar de Almeida Botto. Um indício desse afastamento ocorreu em outra festividade de São Cristóvão, no dia 20 de setembro de 1881:

Anteontem esta cidade vestio-se de gala para receber em seus braços o venerando comendador Sebastião Gaspar de Almeida Botto, que há muito era esperado por seus amigos e admiradores. O ilustre cidadão, antigo chefe do partido liberal de Sergipe, acedendo aos desejos de christovenses, moços e velhos liberais, determinou fazer uma visita a cidade neste dia (...). Com efeito, pelas 9 horas da manhã, uma girandola de foguetes colocada na ponte de pedra do rio Paramopama, anunciava que estava próximo às portas da cidade (...). Logo ao entrar na cidade, o ilustrado comendador apeou-se em casa do sr. Theodoro Cordeiro Guaraná, seu amigo de todos os tempos (...). Então renovarão-se as demonstrações com sua passagem pelas ruas da Praça do Palácio, Cadeia, Quatro Cantos, Praça do Carmo e Flores, enfeitadas com arcos por uma comissão de artistas. Muitos foguetes subirão ao ar por todo esse tempo e muito depois de já ter o ilustre visitante tomado a casa do distinto capitão Joaquim José Pereira condignamente preparada com colchas e arcos para recebe-lo (...). Todos eles foram visitados pelo povo, autoridades e pessoas gradas da cidade, com exceção do Reverendíssimo vigário Barroso, que neste dia encontrava-se na vila do Socorro (O DEMOCRATA, 27 de setembro de 1881, p. 3).

Essa descrição da visita do comendador Botto à cidade de São Cristóvão é reveladora acerca das fissuras políticas que reconfiguravam o partido liberal de Sergipe. O antigo chefe do partido passava a ter como principal aliado na cidade a figura controversa de Joaquim José Pereira, terceiro do Carmo e, juntamente com o juiz Francisco Penna Júnior e Teodoro Guaraná, vinham promovendo grandes querelas judiciais contra os aliados do vigário Barroso. Este, ancorava-se no apoio do Barão da Estância e nos integrantes das irmandades católicas existentes na cidade, com exceção da Ordem Terceira de São Francisco, que tinha na figura de Guaraná o seu principal expoente. Talvez isso explique a ausência de um documento produzido pelos terceiros de São Francisco para atestar a idoneidade de Antônio Miguel do Prado. Neste caso, a ausência do vigário Barroso na recepção ao comendador não deve ser desconsiderada como um indício da emergência de facções liberais.

A rivalidade política entre os liberais atenuou-se ao longo do ano de 1882, no contexto das eleições municipais. No dia 15 de maio, o jornal pertencente ao vigário Barroso publicou um artigo intitulado “Protesto”, no qual denunciava as supostas calúnias publicadas em outros impressos sergipanos. De acordo com o articulista, “as intrigas da ordem daquelas de que se serve o testa de ferro com o fim de promover a rotura dos laços que fraternalmente unem o nosso distinto e amigo a s. exc. Barão da Estância e dr. Campos, desprezo eterno!” (ECHO LIBERAL, 15 de maio de 1882, p. 3).

No âmbito da nova configuração política dos liberais sergipanos, havia uma pressão para promover uma nova cisão e, conseqüentemente, o enfraquecimento político do vigário Barroso. É importante ressaltar o fato de que o impresso do sacerdote registra como principais aliados os nomes do Barão da Estância, líder do partido liberal de Sergipe e de Coelho e Campos, jovem liderança dos conservadores. Peculiaridades da política oitocentista. Essa aliança inusitada repercutiu na eleição do barão como deputado provincial. De acordo com Ibarê Dantas,

Um fato marcante nesse pleito de 1881, em Sergipe, foi a infidelidade partidária. Se a obediência às orientações partidárias nunca foi muito respeitada, dessa vez, os políticos ultrapassaram os precedentes. Dentro do Partido Conservador, uma figura como o jovem político Coelho e Campos, que se firmava como parlamentar competente, foi denunciado por fazer acordo de papel passado com o chefe do Partido Liberal, Antônio Dias Coelho e Melo, acordo aliás que ajudou a eleger o Barão da Estância pelo quarto distrito (DANTAS, 2009, p. 177).

Esses acordos políticos escorregadios e pautados nos laços de amizade, propiciaram o retorno de antigas questões. Diante do vínculo do vigário Barroso com o Barão da Estância, o jornal aracajuano “O Democrata”, transcreveu e republicou os dois artigos do Jornal do Commercio sobre as correntes do turbulento. Novamente a imagem de Antônio Miguel do Prado foi usada e maculada

para tentar fragilizar o grupo liderado pelo pároco de São Cristóvão. O articulista justificou a ação:

Não é com documentos graciosos e atestados de amigos dedicados (conquanto honrados e honestos) que se destroem factos, que correm na publicidade e nunca contestados, e até comprovados em juízo pelo próprio autor e pela opinião pública, como tudo se vê nos escriptos transcriptos no Jornal do Commercio publicado nesta província em os números 40 e 52 de 26 de agosto e 14 de setembro que passamos para as columnas de O Democrata. (O DEMOCRATA, 12 de agosto de 1882, p. 3).

O retorno da questão sobre as correntes do turíbulo pode ser lido como uma reação política ao fortalecimento do vigário Barroso no cenário provincial. Em 1882, o sacerdote havia conseguido mais uma vez se tornar presidente da assembleia legislativa de Sergipe, apesar das cisões geradas no interior do partido liberal. A transcrição dos antigos textos, mesmo após a comprovação da inocência de Antônio do Prado, tinha por cerne promover a fragilização da liderança de Barroso e impactar no pleito eleitoral da câmara municipal de São Cristóvão, nos idos de 1882. De alguma forma, a ruptura política no âmbito municipal impactou nas urnas e os aliados do vigário Barroso saíram derrotados nas eleições para vereadores e juizes de paz. O Democrata, celebrou a derrocada do velho líder: “Foi hontem derrubado pelo distincto corpo eleitoral de São Christóvão o bastão de chefe, de que se achava investido o vigário José Gonçalves Barroso”. A derrota nas eleições municipais foi atribuída à fissura do campo político no partido dos liberais pois, “Separaram-se do sr. Barroso seus antigos companheiros de luta: os srs. capitães José Pedro, Joaquim José Pereira, Antônio José Pereira, Guaraná e outros já não militam com o sr Barroso” (O DEMOCRATA, 6 de junho de 1882, p. 3).

Essa reconfiguração dos liberais em São Cristóvão foi acompanhada por uma paródia atinente ao discurso do sacerdote na assembleia, repleta de ironias. Contudo, essas querelas foram atenuadas com a morte do sacerdote, no mesmo ano. Com o tempo, os aliados do vigário se reorganizaram, por meio de novas alianças, como a que envolveu Manoel Messias Pereira e Balthazar Góis. Em uma nova configuração, o grupo retorna ao poder municipal no período republicano. De qualquer forma, os palcos da política haviam transmutados e as correntes do turíbulo foram silenciadas.

Considerações finais

Como parte de uma elite letrada, Manoel Messias Álvares Pereira esteve envolvido com alguns dos principais nomes da política provincial de Sergipe no último quartel do século XIX. Como devoto, testemunhou e registrou episódios acerca da sagrada imagem, que ficariam no imaginário social como cenas de milagres, com o Senhor dos Passos que teria sobrevivido ao incêndio, permanecendo com as chagas provocadas pelo fogo (SANTOS, 2015c). Em um breve período, o homem habituado a ocupar cargos burocráticos tornou-se uma figura recorrente nos episódios envolvendo os bastidores de uma poderosa irmandade e que repercutiram diretamente no cenário político. Histórias que passaram a ser repetidas oralmente e, ao longo da centúria posterior, apagaram-se os nomes e transmutaram-se em histórias de milagres.

Neste artigo não busquei mobilizar o milagre, mas a história. A história tecida nos bastidores de uma associação religiosa de leigos de São Cristóvão. Os terceiros do Carmo eram os responsáveis pela organização da romaria do Senhor dos Passos, que no período oitocentista era a celebração católica de maior impacto na sociedade sergipana, pois envolvia a participação de grande parte da elite política provincial e de elevado número de romeiros oriundos das camadas populares. Contudo, a associação não pode ser vista exclusivamente pelo viés religioso e devocional. Ela era palco dos conchaves políticos, da construção de alianças entre sujeitos oriundos de diferentes partidos e, também, da cisão entre antigos aliados.

Por meio deste artigo tornou-se possível entender os meandros que passavam pela política imperial no âmbito municipal, em um contexto de reorganização dos agrupamentos políticos e de redefinição do papel dos sacerdotes na construção de um projeto de nação, de província e de

cidade. Projetos que sofreram resistência e que repercutiram nos usos da justiça para perseguir artistas que eram aliados do líder municipal. Se na década de 70 do oitocentos, parte da população de São Cristóvão se viu mergulhada em profunda tristeza pelas chamas que se propagavam na imagem de seu santo de devoção, no mesmo tempo, artistas pobres de irmandades também se viam mergulhados na profunda tristeza, ao verem seus direitos dilacerados por uma justiça a serviço da política.

Referências

BESSA, Gumersindo. Domingo de Remiscere. *Diário da Manhã*. Ano XI, n. 1152, Aracaju, 25 de fevereiro de 1915, p. 1.

BRASIL. *Lei de 16 de dezembro de 1830 (Código criminal do Império do Brasil)*. Rio de Janeiro, 1830.

COSTA, Antônio de Macedo. *A Missão Especial à Roma em 1873 à luz de documentos publicados e inéditos*. Lisboa: Lallemand Frères, 1886.

DANTAS, Ibarê. *Leandro Ribeiro de Siqueira Maciel (1825-1909): o patriarca da Serra Negra e a política oitocentista em Sergipe*. Aracaju: Criação, 2009.

ECHO LIBERAL. S. Christóvão. In: *Echo Liberal*. n. 7, 22 de setembro de 1877, p. 4.

ECHO LIBERAL. Protesto. In: *Echo Liberal*. n. 33, 15 de maio de 1882, p. 3.

GUARANÁ, Armindo. *Dicionário Biobibliográfico sergipano*. Rio de Janeiro: Pongetti, 1925.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

JORNAL DE ARACAJU. Presidência do vigário Barroso e Sermão do Encontro. *Jornal de Aracaju*. n. 25, 20 de março de 1880, p. 3.

JORNAL DO ARACAJU. Resposta ao Epaminondas do Jornal do Commercio de Aracaju de 11 de setembro. *Jornal do Aracaju*. n. 874, 9 de setembro de 1877, p. 2.

JORNAL DO COMMERCIO. As correntes do thuribulo. *Jornal do Commercio*. n. 40, 26 de agosto de 1877, p. 2.

JORNAL DO COMMERCIO. Aos homens de bem. *Jornal do Commercio*. n. 52, 14 de setembro de 1877, p. 2.

MEDEIROS, Rodrigo Dantas de. *Dom Vital: a Questão Religiosa e a crise político-institucional no segundo reinado*. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais. Araraquara: Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, 2020.

MONNERAT, Patrícia Carvalho Santório. *Festa e Conflito: Dom Antônio e Questão de Nazaré (1868-1871)*. Dissertação de Mestrado em História. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2009.

MOREIRA, Francisco Ignacio de Carvalho. *O Bispo do Pará e a Missão à Roma*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1887.

NUNES, Maria Thétis. *Sergipe Provincial II (1840-1889)*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2006.

O DEMOCRATA. São Christóvão. *O Democrata*. Nº 82, 27 de setembro de 1881, p. 3-4.

O DEMOCRATA. Aos srs. drs. Presidente e chefe de polícia desta província e Ao sr. Antônio Miguel

do Prado, 1º suplente de delegado em exercício de São Christóvão. *O Democrata*. Nº 111, 12 de agosto de 1882, p. 3-4.

PEREIRA, Manoel Messias Álvares. *Diário*. São Cristóvão: documento manuscrito, 1874.

PRAZERES, Feliciano Euzébio Dias. Parecer do promotor público no processo instaurado pelo Dr. Juiz de Direito desta comarca contra o inspetor da tesouraria da fazenda Tito de Abreu Fialho. *Jornal do Aracaju*. Aracaju, n. 718, p. 2.

REMOND, René. Uma história presente. In: REMOND, René (org.). *Por uma história política*. Trad. Dora Rocha. 2ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003, p. 13-36.

SANTANA, Josineide Siqueira de. *Casa de Meninas: práticas educativas no Orfanato de São Cristóvão e Lar da Imaculada Conceição (1922-1969)*. Aracaju: Edise, 2016.

SANTIAGO, Serafim. *Anuario Christovense ou Cidade de São Christóvão*. São Cristóvão: EDUFS, 2009.

SANTOS, Magno Francisco de Jesus. *Ecos da Modernidade: a arquitetura dos grupos escolares sergipanos (1913-1926)*. São Cristóvão: EDUFS, 2013.

SANTOS, Magno Francisco de Jesus. *Caminhos da penitência: a solenidade do Senhor dos Passos em São Cristóvão – Sergipe (1886-1920)*. Aracaju: Criação, 2015b.

SANTOS, Magno Francisco de Jesus. “Carregando as pedras do pecado”: a reforma católica devocional no Sergipe oitocentista. *Saeculum: Revista de História*. João Pessoa, vol. 33, p. 201-234, 2015c.

SANTOS, Magno Francisco de Jesus. Uma história de pés descalços: os ex-votos e a experiência dos romeiros do Senhor dos Passos de São Cristóvão (Sergipe, Brasil). *Revista Brasileira de História das Religiões*, Maringá, vol. 12, 34, p. 173-200, 2019.

SANTOS, Magno Francisco de Jesus. “O prefácio dos tempos”: caminhos da romaria do Senhor dos Passos em Sergipe (séculos XIX e XX). Niterói, 2015a. 320p. Tese (doutorado em História). Universidade Federal Fluminense. (Programa de Pós-Graduação em História).

SERGIPE. Revista da Imprensa. In: *Sergipe*. Aracaju, 18 de agosto de 1882, p. 2.

SOUZA, Juliana Teixeira. *A Câmara e o governo da cidade: poder local, cidadania e polícia dos mercados na Corte Imperial*. Natal: EDUFRN, 2018.

TELLES, Manuel dos Passos de Oliveira. “Ao Romper do Século XX: o município de S. Christovam”. In: *O Estado de Sergipe*. Mar/Abr, 1907.

Notas de autoria

Magno Francisco de Jesus Santos é Professor Adjunto do Departamento de História, do Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) e do Programa de Pós-Graduação em Ensino de História (PROFHIS) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. E-mail: magnohistoria@gmail.com.

Como citar esse artigo de acordo com as normas da revista

SANTOS, Magno Francisco de Jesus. “Mergulhados em uma profunda tristeza”: tensões políticas na Ordem Terceira do Carmo de São Cristóvão (1874-1882). *Saeculum – Revista de História*, v. 26, n. 45, p. 37-56, 2021.

Contribuição de autoria

Não se aplica.

Financiamento

Não se aplica.

Consentimento de uso de imagem

Não se aplica.

Aprovação de comitê de ética em pesquisa

Não se aplica.

Licença de uso

Este artigo está licenciado sob a [Licença Creative Commons CC-BY](#). Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

Histórico

Recebido em 30/04/2021.

Modificações solicitadas em 12/08/2021.

Aprovado em 13/09/2021.